

AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA LEI N. 7.347/85

Competência técnica: Legislação Aplicada à Área
Conhecimentos relacionados: Ação Civil Pública (Lei nº 7.437/85)

Objetivo Geral

Proporcionar aos participantes o conhecimento das normas que regulamentam a matéria e do procedimento a ser adotado em juízo para o processo e julgamento das ações civis públicas previstas na Lei n. 7.347/85.

Objetivos Específicos

- Conhecer o histórico da ação civil pública na legislação brasileira;
- Estudar as principais regras do procedimento a ser adotado para o processo e julgamento de uma ação civil pública;
- Analisar as interpretações doutrinárias e jurisprudenciais sobre o tema;
- Despertar nos participantes o senso crítico no tocante aos posicionamentos adotados pelos Tribunais em relação à matéria.

Metodologia e Recursos

(X) Aulas expositivas, (X) materiais de leitura, (X) recursos audiovisuais, (X) aplicativo Microsoft Teams.

Conteúdo Programático

- Introdução ao tema, com o histórico da Ação Civil Pública no Direito Brasileiro e a apresentação do microsistema das demandas coletivas;
- Conceito da Ação Civil Pública com enfoque nas espécies de direitos coletivos;
- Condições para o regular exercício do direito de ação (legitimidade e interesse processual). Desistência e abandono da demanda coletiva. Litisconsórcio;
- Competência;
- Procedimento (propositura da demanda e litispendência);
- Coisa julgada (eficácia subjetiva e objetiva da sentença coletiva). *Fair notice* e transporte *in utilibus*. Limitação territorial;
- Execução (liquidação da sentença, execução provisória, execução coletiva e individual da sentença);
- Instrumentos extrajudiciais (inquérito civil, recomendação, termo de ajustamento de conduta – TAC).

Avaliação

Verificação de aprendizagem com seleção randômica de questões na plataforma MOODLE no final do curso.

Bibliografia

- BASTOS, Fabrício. **Curso de Processo Coletivo**. 2. ed. São Paulo: Foco, 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18/08/2021.
- _____. **Lei n. 4.717/65**, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4717.htm. Acesso em: 18/08/2021.
- _____. **Lei n. 6.001/73**, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 18/08/2021.
- _____. **Lei n. 7.347/85**, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em: 18/08/2021.
- _____. **Lei n. 8.069/90**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18/08/2021.
- _____. **Lei n. 8.078/90**, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 18/08/2021.
- _____. **Lei n. 8.906/94**, de 04 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil OAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 18/08/2021.
- _____. **Lei n. 9.008/95**, de 21 de março de 1995. Cria, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, altera os arts. 4º, 39, 82, 91 e 98 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9008.htm. Acesso em: 18/08/2021.
- _____. **Lei n. 8.429/92**, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 21/08/2021.
- _____. **Lei n. 10.406/02**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

- _____. **Lei n. 10.741/03**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 18/de agosto de 2021.
- _____. **Lei n. 13.105/15**, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 18 de agosto de 2021.
- _____. **Lei n. 12.016/09**, de 07 de agosto de 2009. Disciplina o Mandado de Segurança individual e coletivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12016.htm. Acesso em: 18 de agosto de 2021.
- _____. **Lei n. 13.300/16**, de 23 de junho de 2016. Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13300.htm. Acesso em: 18 de agosto de 2021.
- BRASÍLIA. Resolução 23, de 17 de setembro de 2007. Conselho Nacional do Ministério Público. Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/501>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.
- _____. **Resolução 164**, de 28 de março de 2017. Conselho Nacional do Ministério Público. Disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-164.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.
- _____. **Resolução 179**, de 26 de julho de 2017. Conselho Nacional do Ministério Público. Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-179.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.
- DIDIER JR, Fredie, ZANETI JR., Hermes. **Curso de Direito Processual Civil: Processo Coletivo**. 15. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Juspodium, 2021.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Procedimentos Especiais**. Vol. II. 50. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Carga horária

12 horas

Atualização: 03/09/2021	Revisão: 00
-------------------------	-------------